



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA
MILITARDIRETORIA DE ENSINO E
PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



ALEXANDER ALVES ROCHA

**ABORDAGEM POLICIAL: PROCEDIMENTOS DA POLÍCIA
MILITAR E O CONTATO COM INFRATORES DA LEI E CIDADÃOS**

GOIÂNIA-GO

2024

ALEXANDER ALVES ROCHA

**ABORDAGEM POLICIAL: PROCEDIMENTOS DA POLÍCIA
MILITAR E O CONTATO COM INFRATORES DA LEI E CIDADÃOS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação da Prof.^a Viviene Martins Severo.

GOIÂNIA-GO

2024

ABORDAGEM POLICIAL: PROCEDIMENTOS DA POLÍCIA MILITAR E OCONTATO COM INFRATORES DA LEI E CIDADÃOS

POLICE APPROACH: MILITARY POLICE PROCEDURES AND CONTACT WITHLAWBREAKERS AND CITIZENS

Alexander Alves Rocha¹

Vivienne Martins Severo²

Resumo

No contexto do Estado de Goiás, a abordagem policial representa um elemento crucial nas atividades da Polícia Militar (PM), desempenhando um papel fundamental na preservação da ordem pública e na prevenção de crimes. Este estudo busca analisar os procedimentos adotados pela PM durante as abordagens, assim como a interação entre os agentes de segurança, infratores da lei e cidadãos. Para tanto, o objetivo geral consiste em compreender e avaliar os protocolos de abordagem policial implementados pela PM em Goiás, investigando como esses procedimentos influenciam a dinâmica das interações entre os policiais, infratores da lei e a população em geral. A metodologia adotada baseia-se em uma pesquisa bibliográfica abrangente, utilizando fontes como manuais operacionais, legislação vigente, estudos acadêmicos e relatórios institucionais. A análise dessas fontes permitirá uma compreensão aprofundada dos procedimentos formais e informais da abordagem policial em Goiás. A justificativa para este estudo reside na necessidade de promover uma reflexão crítica sobre a eficácia, legalidade e impacto social das abordagens policiais. A relevância do tema é evidenciada pela importância da segurança pública na sociedade e pela necessidade de estabelecer práticas policiais que respeitem os direitos individuais, fortalecendo a confiança da comunidade nas instituições de segurança. Por fim, esta pesquisa visa contribuir para a compreensão do panorama das abordagens policiais em Goiás, fornecendo insights valiosos para aprimorar as práticas e promover uma relação mais equitativa e transparente entre a polícia e a comunidade.

Palavras-chave: Abordagem policial; Poder de polícia; Polícia Militar.

Abstract

In the context of the State of Goiás, the police approach represents a crucial element in the activities of the Military Police (PM), playing a fundamental role in preserving public order and preventing crimes. This study seeks to analyze the procedures adopted by the PM during the approaches, as well as the interaction between security agents, lawbreakers and citizens. To this end, the general objective is to understand and evaluate the police approach protocols implemented by the PM in Goiás, investigating how these procedures influence the dynamics of interactions between police officers, lawbreakers and the general population. The methodology adopted is based on a comprehensive bibliographical research, using sources such as operational manuals, current legislation, academic studies and institutional reports. The analysis of these sources will allow an in-depth understanding of the formal and informal procedures of police approaches in Goiás. The justification for this study lies in the need to promote critical reflection on the effectiveness, legality and social impact of police approaches. The relevance of the topic is highlighted by the importance of public security in society and the need to establish police practices that respect individual rights, strengthening the community's trust in security institutions. Finally, this research aims to contribute to the understanding of the panorama of police approaches in Goiás, providing valuable insights to improve practices and promote a more equitable and transparent relationship between the police and the community.

Keywords or Palabras clave: Police approach; Police power; Military police.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: alexanderrocha651@gmail.com. Telefone: (62) 99551-6154.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Ciências da Computação e Especialista em Docência no Ensino Superior e em Análise Criminal, Email: vivienemartins@mail.com. Telefone: (62) 98528-9894

1 INTRODUÇÃO

A atividade de prevenção e combate ao crime, desempenhada pela Polícia Militar no Estado de Goiás, é uma tarefa complexa e sensível que engloba diversos métodos para reprimir a prática de atos criminosos. No âmbito dessas práticas, a execução da busca pessoal destaca-se como um dos meios que concretizam a abordagem policial, estabelecendo uma linha tênue e delicada na relação entre o Estado e o cidadão. Essa interação, por vezes, envolve a restrição de alguns direitos individuais em prol do bem coletivo, tornando-se um ponto crítico na atuação policial.

As abordagens, quando analisadas de forma mais aprofundada, proporcionam uma oportunidade única para o estudo, estabelecendo um contato direto entre os agentes de segurança e a população. No entanto, a independência de escolha do cidadão e a carência de informações concretas para fundamentar essas abordagens tornam essa situação

particularmente desafiadora. Em princípio, qualquer cidadão que circule pelas ruas pode ser o sujeito passivo de uma abordagem, mas, na prática, apenas alguns indivíduos são selecionados, levando a questionamentos sobre a justiça e imparcialidade dessas práticas.

Nesse cenário, o Procedimento Operacional Padrão (POP), adotado pela PMGO, orienta que a abordagem seja seletiva, fundamentando-se em critérios específicos de suspeição, como local, horário, aparência física, atitude, circunstâncias, ou uma combinação desses fatores. Essa visão técnica busca estabelecer parâmetros para garantir a eficácia das abordagens policiais, mas as percepções da população sobre os critérios adotados pelos policiais podem divergir significativamente dessa abordagem técnica.

Diferentemente dessa visão técnica, estão as ideias e expectativas da população sobre os critérios adotados pelos policiais em determinados momentos. Essas expectativas podem variar amplamente, levantando questões sobre a legitimidade e aceitação desses métodos por parte da sociedade. Como resultado, surgem os questionamentos centrais que norteia a presente pesquisa: Qual a importância de um bom treinamento dos agentes ativos da abordagem? Quais as impressões e impactos que uma abordagem feita da maneira correta, ou incorreta, causam na relação entre polícia militar e sociedade?

A partir disso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os procedimentos de abordagem policial adotados pela Polícia Militar de Goiás e avaliar sua influência na interação com infratores da lei e cidadãos. Busca-se compreender como essas práticas impactam a eficácia operacional da instituição e a percepção de legitimidade por parte da comunidade. Para tanto, como objetivos específicos este estudo busca: a) analisar o poder de polícia e sua influência na atividade repressiva da Polícia Militar; b) estudar os principais aspectos envolvendo a abordagem policial no contexto goiano; c) verificar a importância da formação policial, para uma correta execução de abordagens, e do Procedimento Operacional Padrão, adotado pela Polícia Militar do Estado de Goiás; d) observar a relação entre a Polícia Militar e a comunidade durante as abordagens, considerando as percepções e expectativas da população.

Por fim, este estudo se justifica pelo fato de a abordagem policial ser uma prática intrínseca à atuação das forças de segurança e desempenhar um papel crucial na manutenção da ordem pública, bem como na prevenção de atividades criminosas. No contexto específico do Estado de Goiás, compreender os procedimentos adotados pela Polícia Militar durante essas abordagens é fundamental para garantir a eficácia das operações e a legitimidade da atuação policial.

Assim, a relevância do tema reside na necessidade de estabelecer uma abordagem

policial que, além de eficiente, respeite os direitos individuais e promova uma relação de confiança entre a Polícia Militar e a comunidade. A compreensão dos impactos das abordagens na sociedade contribuirá para o aprimoramento das práticas policiais, fortalecendo a segurança pública e fomentando a cooperação entre a polícia e os cidadãos. Assim, esta pesquisa visa oferecer insights valiosos que podem informar políticas públicas e práticas operacionais voltadas para uma abordagem policial mais eficaz e respeitosa em Goiás.

1 REVISÃO TEÓRICA

A Polícia Militar é uma das instituições mais conhecidas e importantes do sistema de segurança pública brasileiro. Sua atuação se baseia em uma série de princípios e diretrizes que visam garantir a proteção dos cidadãos e a manutenção da ordem pública. Neste contexto, a polícia militar é vista como uma das principais referências em termos de segurança pública no país. No entanto, é importante destacar que a atuação da Polícia Militar é alvo de muitos debates e críticas por parte da sociedade e dos especialistas na área de segurança pública. Dentre as principais críticas, podemos citar a violência policial, a falta de treinamento adequado, a corrupção, a discriminação e a violação de direitos humanos.

Para entender melhor essas questões, é importante analisar alguns autores que abordam o tema da Polícia Militar no Brasil. Para José Vicente da Silva (2004), ex-secretário Nacional de Segurança Pública, a atuação da polícia militar no país precisa ser revista, pois ela ainda está muito centrada no uso da força e da violência, o que acaba gerando mais problemas do que soluções. Para abordar mais detalhadamente as questões relacionadas à atuação da Polícia Militar, é fundamental considerar também os desafios específicos enfrentados pelas diferentes regiões do Brasil. Por exemplo, em áreas urbanas densamente povoadas, como as grandes metrópoles, a Polícia Militar muitas vezes enfrenta desafios significativos relacionados ao combate ao crime organizado, à violência urbana e ao tráfico de drogas. Nessas áreas, a presença policial é intensa, e os confrontos armados são mais comuns, o que pode levar a um aumento das tensões entre a polícia e a comunidade.

Já para Luis Eduardo Soares (2000), antropólogo e ex-secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, a Polícia Militar precisa passar por uma profunda reforma em sua estrutura e em sua cultura organizacional. Segundo ele, a polícia militar é uma instituição que se tornou incapaz de lidar com a complexidade da violência urbana e com as demandas

da sociedade. Por outro lado, em áreas rurais e remotas, os desafios enfrentados pela Polícia Militar podem ser diferentes. Nessas regiões, o acesso limitado aos recursos e a vastidão do território podem dificultar o trabalho policial, especialmente no que diz respeito ao combate ao crime organizado e à proteção das comunidades isoladas. Além disso, questões como grilagem de terras, conflitos agrários e crimes ambientais também podem exigir uma abordagem específica por parte da polícia.

É importante que a atuação da Polícia Militar leve em consideração as peculiaridades de cada região, adaptando suas estratégias e políticas de acordo com as necessidades locais. Isso requer não apenas uma compreensão profunda dos desafios enfrentados em cada área, mas também uma colaboração estreita com outros órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias. Outra questão importante a ser considerada são as normas e leis que regulamentam a atuação da Polícia Militar no Brasil. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a segurança pública é um dever do Estado e um direito e responsabilidade de todos. Além disso, a Lei nº 13.675/2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), estabelece que as ações de segurança pública devem ser integradas e coordenadas entre os órgãos de segurança.

Além disso, é fundamental abordar as questões estruturais que afetam a eficácia e a legitimidade da atuação da Polícia Militar. Isso inclui não apenas a necessidade de reformas nas políticas e procedimentos policiais, mas também a criação de condições adequadas de trabalho para os policiais, incluindo remuneração justa, infraestrutura adequada e acesso a recursos e equipamentos necessários para o desempenho de suas funções. No que diz respeito à atuação da Polícia Militar, a legislação brasileira estabelece que ela é responsável pela preservação da ordem pública e pela proteção da vida, do patrimônio e da integridade física das pessoas. No entanto, é importante ressaltar que a ação policial deve ser pautada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estabelecido na Constituição Federal. (Brasil, 1988)

Outro aspecto importante a ser considerado é o papel da tecnologia na modernização da Polícia Militar. O uso de sistemas de monitoramento por vídeo, análise de dados, comunicação digital e outras tecnologias pode ajudar a melhorar a eficiência operacional da polícia, facilitar a coordenação entre diferentes unidades e aumentar a transparência e a prestação de contas. Além disso, a Polícia Militar deve atuar de forma respeitosa e pacífica com os cidadãos, evitando o uso excessivo de força e adotando medidas preventivas antes de recorrer à repressão. Nesse sentido, o treinamento adequado dos policiais é fundamental para que eles possam atuar de forma eficiente e dentro da lei.

(Barbosa, 2021)

Outra questão importante a ser considerada é a relação da Polícia Militar com as comunidades e os grupos sociais. Muitas vezes, a atuação policial é vista como autoritária e discriminatória, o que pode gerar resistência e desconfiança por parte dos cidadãos. Para superar essas barreiras, é fundamental que a Polícia Militar adote uma postura mais democrática e participativa, envolvendo a sociedade na elaboração e implementação de políticas públicas de segurança. (Henriques, 2019). Além disso, a Polícia Militar também deve estar atenta às questões de direitos humanos e justiça social em sua atuação. Isso inclui o combate à discriminação racial, de gênero e de orientação sexual, o respeito aos direitos das minorias étnicas e religiosas, e a promoção da igualdade de acesso à justiça e à segurança para todos os cidadãos.

Nesse sentido, é importante destacar a relevância das iniciativas de policiamento comunitário, que buscam aproximar a polícia das comunidades, estabelecendo um diálogo mais próximo e uma relação de confiança entre os policiais e os cidadãos. O policiamento comunitário busca promover uma atuação mais preventiva e participativa da polícia, valorizando a relação de proximidade e confiança com a população. (Freitas, 2019)

No entanto, é importante ressaltar que o policiamento comunitário não pode ser visto como uma solução única para os problemas da segurança pública. Ele precisa ser complementado por outras estratégias e políticas públicas, como a promoção do desenvolvimento social, a prevenção da criminalidade, o combate à violência doméstica, entre outras. (Freitas, 2019). A Polícia Militar desempenha um papel vital na garantia da segurança pública no Brasil, mas enfrenta uma série de desafios complexos em sua atuação. Para superar esses desafios e atender às demandas da sociedade contemporânea, é necessário adotar uma abordagem holística e colaborativa, que leve em consideração não apenas as questões operacionais e estruturais, mas também as questões sociais, culturais e políticas que afetam a segurança e o bem-estar das comunidades atendidas. Apenas dessa forma a Polícia Militar poderá cumprir sua missão de forma eficaz e respeitosa com os direitos humanos e os princípios

Além disso, destaca-se a necessidade de se investir na formação e capacitação dos policiais militares, para que eles possam atuar de forma mais eficiente e respeitosa com os direitos humanos. A formação policial deve ser pautada por valores como a ética, a cidadania, a democracia e a justiça social, buscando formar policiais mais comprometidos com o bem-estar da população. (Freitas, 2019). O policiamento comunitário busca promover uma atuação mais preventiva e participativa da polícia, valorizando a relação de

proximidade e confiança com a população. No entanto, é importante ressaltar que o policiamento comunitário não pode ser visto como uma solução única para os problemas da segurança pública. Ele precisa ser complementado por outras estratégias e políticas públicas, como a promoção do desenvolvimento social, a prevenção da criminalidade, o combate à violência doméstica, entre outras.

Por fim, relevante se faz frisar que a Polícia Militar é uma instituição fundamental para a garantia da segurança pública no país, mas que ela precisa passar por transformações profundas para atender às demandas da sociedade atual. É preciso repensar a forma como a polícia atua, valorizando a proximidade e o diálogo com a população, e investir em políticas públicas que abordem as causas da violência e da criminalidade. A formação policial deve ser pautada por valores como a ética, a cidadania, a democracia e a justiça social, buscando formar policiais mais comprometidos com o bem-estar da população. Por fim, relevante se faz frisar que a Polícia Militar é uma instituição fundamental para a garantia da segurança pública no país, mas que ela precisa passar por transformações profundas para atender às demandas da sociedade atual. É preciso repensar a forma como a polícia atua, valorizando a proximidade e o diálogo com a população, e investir em políticas públicas que abordem as causas da violência e da criminalidade.

1.1 O PODER DE POLÍCIA

O poder de polícia é uma das atribuições mais importantes do Estado, e está relacionado com a proteção da sociedade e a garantia dos direitos individuais e coletivos. Segundo o autor Hely Lopes Meirelles (2017, p.133), o poder de polícia é "a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado." As polícias militares desempenham um papel multifacetado na sociedade, indo além das tarefas de polícia administrativa. Elas são frequentemente chamadas para intervir em situações de emergência, desastres naturais e conflitos civis, demonstrando versatilidade e capacidade de adaptação. Além disso, as polícias militares muitas vezes desempenham um papel crucial na proteção de infraestruturas críticas, como aeroportos, portos e instalações governamentais, contribuindo para a segurança nacional.

Dentre as diversas formas de exercício do poder de polícia, destaca-se a atuação das polícias militares no Brasil. As polícias militares são órgãos estaduais responsáveis pela segurança pública e pela manutenção da ordem pública, e têm como uma de suas principais

atribuições o exercício da polícia administrativa. É essencial reconhecer os desafios enfrentados pelas polícias militares no desempenho de suas funções. O ambiente de trabalho dos policiais militares pode ser extremamente exigente e perigoso, sujeito a situações de alto estresse e risco físico. Além disso, as polícias militares muitas vezes operam em comunidades carentes e marginalizadas, onde são confrontadas com altos índices de criminalidade e violência.

Para lidar com esses desafios, é crucial investir na saúde física e mental dos policiais militares. Programas de bem-estar e apoio psicológico devem ser disponibilizados para ajudar os policiais a lidar com o estresse e o trauma associados ao trabalho policial. Além disso, é importante garantir que os policiais recebam treinamento adequado em técnicas de gerenciamento de estresse e resolução de conflitos, capacitando-os a lidar eficazmente com situações desafiadoras no campo. Segundo o autor Luiz Flávio Gomes (2019, p.123), a polícia administrativa exercida pelas polícias militares tem por finalidade "prevenir, coibir e reprimir as infrações administrativas (contravenções penais, por exemplo) e as atividades que possam trazer prejuízo à ordem pública, à segurança e à saúde pública, ao meio ambiente, à economia popular etc."

Outro aspecto importante é a necessidade de promover a diversidade e a inclusão dentro das polícias militares. As forças policiais devem refletir a diversidade das comunidades que servem, incorporando pessoas de diferentes origens étnicas, culturais, socioeconômicas e de gênero. Isso não apenas aumenta a representatividade das polícias, mas também ajuda a construir uma relação de confiança e legitimidade com a comunidade. No entanto, é importante destacar que o exercício da polícia administrativa pelas polícias militares não se limita apenas à repressão das infrações administrativas. Segundo o autor Alexandre de Moraes (2017, p.563), as polícias militares também são responsáveis pela "manutenção da ordem pública, pela garantia do exercício dos poderes constituídos, pela proteção da população e dos patrimônios públicos e privados, pela preservação da vida e da integridade física das pessoas."

No entanto, é importante reconhecer que a implementação de reformas dentro das polícias militares pode enfrentar resistência institucional e cultural. Muitas vezes, há uma resistência significativa à mudança dentro das organizações policiais, especialmente quando se trata de questões sensíveis como diversidade, treinamento e prestação de contas. Para superar esses desafios, é necessário um compromisso firme das lideranças policiais e uma colaboração estreita com a sociedade civil e os órgãos de fiscalização. Para exercer essas atribuições, as polícias militares contam com um amplo aparato legal, que inclui a

Constituição Federal, as leis estaduais e federais, e os regulamentos internos das corporações. Além disso, é importante destacar a relevância do papel dos policiais militares na promoção da segurança pública e na garantia dos direitos humanos.

As polícias militares desempenham um papel fundamental na proteção da sociedade e na promoção da segurança pública. No entanto, é crucial que essas instituições operem dentro de um quadro de respeito aos direitos humanos, legalidade e prestação de contas. Através de uma abordagem colaborativa e centrada na comunidade, as polícias militares podem se tornar parceiras eficazes na construção de sociedades mais seguras, justas e inclusivas. No entanto, é importante ressaltar que o exercício da polícia administrativa pelas polícias militares não está isento de críticas e questionamentos por parte da sociedade. Muitas vezes, a atuação policial é vista como excessiva e abusiva, o que pode gerar desconfiança e descrença por parte da população.

Para enfrentar essas questões, é fundamental que as polícias militares adotem uma postura mais participativa e democrática, envolvendo a sociedade na elaboração e implementação de políticas públicas de segurança. Isso pode ser feito por meio de iniciativas como o policiamento comunitário, que busca estabelecer uma relação mais próxima e de confiança entre a polícia e a população.

Além disso, é importante destacar a necessidade de se investir na formação e capacitação dos policiais militares, para que eles possam atuar de forma mais eficiente e respeitosa com os direitos humanos. A formação policial deve ser pautada em princípios éticos e democráticos, que valorizem a diversidade e a cidadania. Segundo o autor Renato Sérgio de Lima (2015, p.25), "a formação policial deve ser orientada para a construção de uma cultura institucional que valorize a vida, os direitos humanos e a cidadania, além de promover uma gestão mais participativa e transparente."

Outra questão que merece destaque é a relação entre as polícias militares e as forças armadas. No Brasil, as polícias militares têm uma estrutura hierárquica semelhante à das forças armadas, o que pode gerar confusão e conflitos de competência. Segundo o autor Marcus Vinícius de Freitas (2019, p.81), "a distinção entre as funções das forças armadas e das polícias militares deve ser clara e objetiva, de forma a garantir a harmonia e a efetividade das ações em prol da segurança pública".

Além disso, é importante destacar a necessidade de se fortalecer a integração entre as polícias militares e os demais órgãos de segurança pública, como as polícias civis, as guardas municipais e as agências de inteligência. A integração entre esses órgãos pode contribuir para o compartilhamento de informações e para a elaboração de políticas públicas

mais eficientes e eficazes. (Freitas, 2019)

No que se refere à legislação federal, é importante destacar a Lei nº 13.675/2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Essa lei tem como objetivo promover a integração entre os órgãos de segurança pública e a sociedade, de forma a garantir a segurança e a proteção dos direitos humanos. (Freitas, 2019)

No âmbito da polícia administrativa, é importante destacar a Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Essa lei é de extrema importância para o trabalho das polícias militares, que têm o dever de proteger o meio ambiente e preservar a qualidade de vida da população. (Moraes, 2017)

Por fim, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas que valorizem os profissionais de segurança pública, proporcionando-lhes condições adequadas de trabalho e remuneração justa. A valorização dos policiais militares pode contribuir para a melhoria da qualidade do serviço prestado à sociedade, e para o fortalecimento do Estado democrático de direito.

Em resumo, o poder de polícia exercido pelas polícias militares é de extrema importância para a garantia da segurança pública e para a manutenção da ordem social. No entanto, é fundamental que esse poder seja exercido de forma ética, democrática e respeitosa com os direitos humanos, valorizando a participação da sociedade e o compartilhamento de informações entre os órgãos de segurança pública. A formação policial, a integração entre as polícias e a valorização dos profissionais de segurança pública são elementos essenciais para o fortalecimento do sistema de segurança pública no país.

1.2 A ABORDAGEM POLICIAL

A abordagem policial é uma das atividades mais importantes realizadas pela Polícia Militar, sendo um dos principais meios para a prevenção e repressão de crimes. No entanto, é uma atividade que exige muita responsabilidade e habilidade por parte dos policiais, pois envolve o contato direto com a população e a utilização de medidas coercitivas.

Para uma abordagem policial eficiente e respeitosa dos direitos humanos, é preciso que os policiais sejam treinados e capacitados de forma adequada. É importante que sejam observadas as normas e os princípios éticos e legais que regem a atividade policial, como o respeito à dignidade humana, a proporcionalidade, a razoabilidade e a legalidade. (Oliveira, 2019)

Segundo Paiva (2019), a abordagem policial deve ser feita de forma preventiva, buscando identificar situações de risco e promovendo a segurança pública. É preciso que os policiais utilizem técnicas de comunicação e de negociação para evitar conflitos e garantir a integridade física dos envolvidos. Além disso, é fundamental que a abordagem seja feita de forma respeitosa e sem preconceitos, evitando discriminação racial, de gênero ou de orientação sexual.

De acordo com Lima (2015), a abordagem policial deve ser realizada de forma seletiva, priorizando as pessoas que apresentam comportamentos suspeitos ou que estejam envolvidas em atividades criminosas. É preciso que a abordagem seja feita de forma proporcional, ou seja, utilizando a força necessária para garantir a segurança pública, mas sem exageros ou abusos.

Outro aspecto importante é a legalidade da abordagem, que deve ser fundamentada em uma suspeita razoável de prática de crime. Segundo Nogueira (2018), a suspeita deve ser fundamentada em indícios objetivos e concretos, e não em estereótipos ou preconceitos. Além disso, é preciso que a abordagem seja feita de forma clara e transparente, explicando os motivos e os procedimentos adotados.

Para garantir a efetividade e a legalidade da abordagem policial, é importante que os policiais estejam bem equipados e preparados tecnicamente para realizar a abordagem. Segundo Reis (2016), é preciso que os policiais estejam armados com equipamentos adequados, como armas de fogo, algemas, coletes à prova de balas e outros equipamentos de proteção individual. Além disso, é fundamental que os policiais estejam treinados para utilizarem equipamentos de forma segura e responsável.

Outro aspecto importante é a comunicação com a população durante a abordagem policial. Segundo Araújo (2020), é preciso que os policiais sejam capazes de se comunicar de forma clara e objetiva, explicando os procedimentos adotados e as razões da abordagem. Além disso, é fundamental que os policiais estejam preparados para lidar com situações de tensão, como a resistência de suspeitos ou a reação da população. Em relação aos direitos humanos, é fundamental que a abordagem policial seja feita de forma respeitosa, sem violar os direitos fundamentais do cidadão. Os policiais militares devem ter consciência de que a abordagem é um momento delicado, no qual se deve evitar excessos e a violência. De acordo com a Constituição Federal, é vedado o uso de tortura, tratamento desumano ou degradante durante a abordagem policial. (Brasil, 1988)

Ela representa um dos pilares essenciais para a manutenção da ordem pública e a

prevenção e repressão de crimes em uma sociedade. No contexto específico da Polícia Militar, essa atividade desempenha um papel vital na execução de suas funções e no cumprimento de sua missão de proteger e servir a comunidade. Para entender plenamente a importância da abordagem policial, é essencial examinar os princípios fundamentais que a orientam. A abordagem policial não é apenas uma simples interação entre policiais e cidadãos; é um processo complexo que requer habilidades especializadas, sensibilidade para com as nuances da situação e um compromisso absoluto com os direitos humanos e a legalidade.

Além disso, é importante que a abordagem policial seja realizada de forma técnica e criteriosa, observando-se os protocolos e procedimentos estabelecidos pela corporação. Segundo Prado (2012), a abordagem policial deve ser feita com planejamento e preparação adequados, de forma a minimizar os riscos e maximizar a efetividade da ação policial. Em primeiro lugar, a abordagem policial deve ser guiada pelo respeito aos direitos humanos. Isso significa que os policiais devem tratar todos os indivíduos com dignidade e respeito, independentemente de sua origem étnica, orientação sexual, gênero, religião ou qualquer outra característica pessoal. A Constituição Federal de 1988, bem como os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, estabelecem claramente que é proibido o uso de tortura, tratamento desumano ou degradante em qualquer circunstância, inclusive durante uma abordagem policial.

Além do respeito aos direitos humanos, a abordagem policial também deve ser pautada pela legalidade e pela proporcionalidade. Isso significa que os policiais só devem agir dentro dos limites da lei e que a força utilizada durante uma abordagem deve ser proporcional à ameaça enfrentada. Em outras palavras, os policiais só devem recorrer ao uso da força quando estritamente necessário e na medida exigida pela situação. Inclusive, deve ser observada a relação entre os policiais e os cidadãos durante a abordagem. É fundamental que os policiais sejam respeitosos e corteses, evitando-se qualquer tipo de preconceito ou discriminação. De acordo com Bittner (2003), a forma como os policiais se apresentam e se comunicam com os cidadãos pode influenciar diretamente o resultado da abordagem.

Outro aspecto crucial da abordagem policial é a sua natureza preventiva. Embora muitas vezes associemos a polícia à repressão do crime, a verdade é que uma das principais funções da polícia é prevenir a ocorrência de delitos. Nesse sentido, a abordagem policial desempenha um papel fundamental ao identificar potenciais situações de risco, desarmar conflitos em potencial e dissuadir a prática de atividades criminosas.

No entanto, para que a abordagem policial seja eficaz, é necessário mais do que

simplesmente aplicar a lei. Os policiais devem possuir habilidades interpessoais sólidas, capacidade de comunicação eficaz e empatia para com as pessoas com as quais interagem. Isso implica não apenas a capacidade de usar técnicas de negociação e mediação para resolver conflitos de forma pacífica, mas também a habilidade de estabelecer rapport com membros da comunidade, construindo confiança e respeito mútuos. Por fim, é importante que a abordagem policial seja realizada com transparência e objetividade, de forma a garantir a confiança da população nas ações da polícia militar. Os policiais devem ser claros quanto aos motivos da abordagem e aos procedimentos que serão adotados, evitando-se qualquer tipo de arbitrariedade ou abuso de poder. (Oliveira, 2019)

Os policiais devem estar bem treinados e familiarizados com os procedimentos operacionais padrão, assim como com o uso adequado de equipamentos e armas. Isso não apenas garante a segurança dos policiais e dos cidadãos, mas também ajuda a evitar situações de escalada desnecessária durante uma abordagem. Além disso, é essencial que a abordagem policial seja transparente e sujeita a escrutínio público. A transparência não apenas aumenta a prestação de contas das forças policiais, mas também ajuda a fortalecer a confiança e a legitimidade da instituição aos olhos da comunidade. Os cidadãos devem ser informados sobre os motivos de uma abordagem, os procedimentos adotados e seus direitos durante o processo.

Portanto, é essencial que existam mecanismos eficazes de supervisão e controle para monitorar a conduta dos policiais e investigar quaisquer alegações de má conduta ou abuso de poder. Em última análise, a abordagem policial é muito mais do que apenas um encontro entre policiais e cidadãos; é um reflexo das normas, valores e princípios que uma sociedade deseja defender. Portanto, é responsabilidade de todos os membros da comunidade trabalhar juntos para garantir que a abordagem policial seja realizada de forma justa, respeitosa e eficaz, com o objetivo final de promover a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos. Em resumo, a abordagem policial realizada pela polícia militar deve ser pautada pelos princípios da legalidade, proporcionalidade e eficiência, observando-se os direitos humanos e garantias constitucionais. Os policiais devem ser treinados e capacitados para atuar de forma técnica, criteriosa, respeitosa e transparente, evitando-se qualquer tipo de violência, preconceito ou discriminação.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi conduzido a partir de uma pesquisa realizada com a

população em geral e com policiais, utilizando métodos tanto bibliográficos quanto de coleta direta de dados. Seguindo a metodologia proposta por Lakatos e Marconi (2003), esta pesquisa bibliográfica teve como ponto de partida a seleção criteriosa de documentos e publicações pertinentes ao tema em questão, tais como normas legais, jurisprudências, notícias, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, artigos, monografias e teses.

O principal objetivo desta pesquisa foi compreender um fenômeno complexo que envolve tanto a percepção da população em relação à atuação policial quanto a visão dos próprios policiais sobre seu trabalho e seu relacionamento com a comunidade. Para tanto, foi adotada uma abordagem qualitativa, buscando analisar os dados coletados no contexto da realidade estudada.

Essa pesquisa se caracteriza também como exploratória, uma vez que buscou descrever e compreender os aspectos e nuances da relação entre a polícia e a população, sem a pretensão de estabelecer relações causais definitivas. Utilizando-se de documentação indireta, foram levantadas informações que permitissem uma análise aprofundada das dinâmicas sociais e institucionais envolvidas.

Com base nessa abordagem qualitativa, os dados coletados foram analisados de forma dedutiva, buscando identificar padrões e relações entre variáveis. A partir das informações obtidas, foi possível descrever e interpretar as percepções, atitudes e experiências tanto dos cidadãos em relação à polícia quanto dos policiais em relação à comunidade que servem.

Portanto, esta pesquisa se configurou como um esforço para compreender as complexidades da relação entre a polícia e a população, utilizando-se de uma abordagem que integra a revisão bibliográfica com a análise qualitativa de dados coletados diretamente junto aos atores envolvidos. Ao explorar as diferentes perspectivas e experiências, espera-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de policiamento e para a promoção de uma relação mais harmoniosa e colaborativa entre a polícia e a comunidade.

3 RESULTADO E DISCUSSÕES

3.1 RESULTADOS

Este estudo investigou as percepções e opiniões de 44 participantes, incluindo 26 policiais da Polícia Militar de Goiás (PM-GO) e 18 cidadãos comuns, sobre os principais objetivos e práticas relacionadas às abordagens policiais no estado. É importante notar que as respostas foram coletadas em um intervalo de aproximadamente seis dias, começando em 15

de fevereiro e terminando em 21 de fevereiro de 2024. Isso sugere uma abordagem de coleta de dados ao longo de uma semana, o que pode ter permitido a inclusão de uma variedade de perspectivas e experiências dos participantes ao longo do tempo.

A afirmação de que os participantes foram esclarecidos sobre o uso ético das informações fornecidas, conforme as normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), demonstra um compromisso com a integridade ética da pesquisa envolvendo seres humanos. Além disso, a declaração de que os participantes podem retirar seu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo, indica um respeito pelos direitos dos participantes e seu bem-estar durante todo o processo de pesquisa. A unanimidade das respostas "ESTOU DE ACORDO" na tabela reflete uma adesão total dos participantes aos termos e condições da pesquisa, validando assim a integridade do processo de obtenção de consentimento e a ética envolvida na condução do estudo.

O objetivo foi compreender as perspectivas tanto dos profissionais de segurança quanto da comunidade em geral em relação aos procedimentos e propósitos das abordagens policiais.

Objetivos da Abordagem Policial: Os participantes destacaram uma variedade de objetivos para as abordagens policiais, incluindo o reconhecimento e identificação de cidadãos, a verificação de possíveis irregularidades, a prevenção de crimes, a proteção da sociedade e a preservação da ordem pública.

Entre os principais objetivos mencionados estão o reconhecimento de criminosos, a prevenção de crimes como o tráfico de drogas e sequestros, e a identificação de pessoas suspeitas de estar envolvidas em atividades ilícitas.

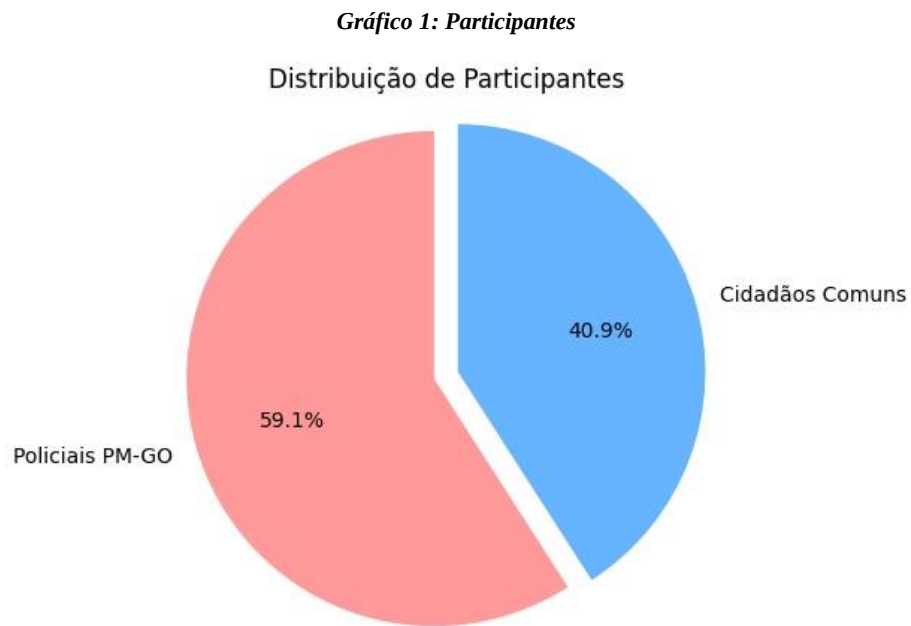
Percepções sobre a Importância das Abordagens: A maioria dos participantes concordou com a importância das abordagens policiais para a segurança pública e a prevenção de crimes.

As abordagens foram vistas como uma ferramenta essencial para manter a ordem e a segurança na comunidade, bem como para identificar e deter indivíduos envolvidos em atividades criminosas.

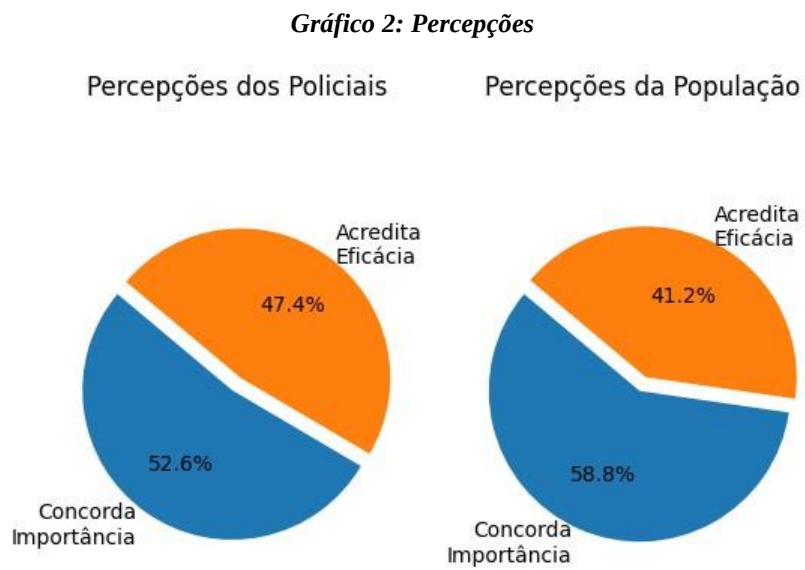
Desafios e Considerações Éticas: Alguns participantes ressaltaram a importância de realizar abordagens de forma preventiva, educativa e sem violência, enfatizando a necessidade de respeitar os direitos dos cidadãos durante essas interações.

Houve menção à necessidade de seriedade e serenidade durante as abordagens, evitando ações arbitrárias ou injustificadas que possam prejudicar a relação entre a polícia e

a comunidade.

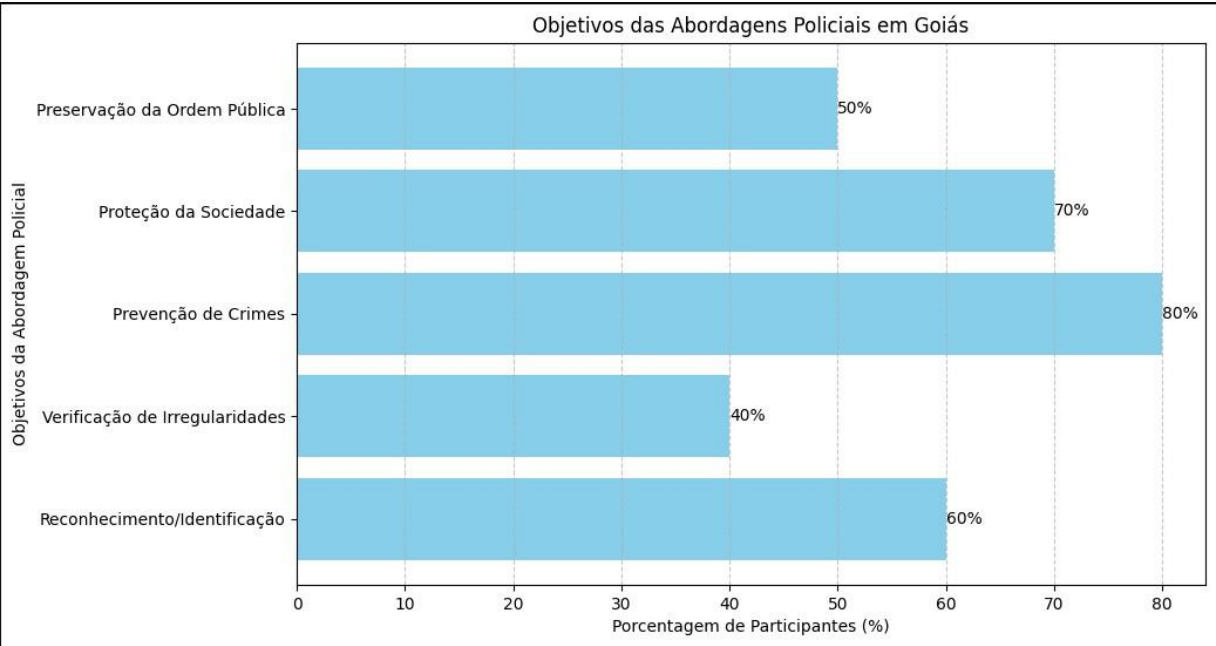


Fonte: Próprio autor (2024)



Fonte: Próprio autor (2024)

Gráfico 3: Objetivos da abordagem policial segundo os entrevistados



Fonte: Próprio autor (2024)

4.2 DISCUSSÃO

O estudo sobre as percepções e opiniões dos participantes, incluindo policiais da Polícia Militar de Goiás (PM-GO) e cidadãos comuns, em relação às abordagens policiais no estado revela uma série de insights importantes sobre como essas práticas são vistas e compreendidas pela comunidade. Ao examinar os objetivos das abordagens, a importância atribuída a elas e os desafios éticos associados, podemos entender melhor as dinâmicas entre a polícia e a sociedade, bem como identificar áreas de melhoria no processo de aplicação da lei.

Um aspecto fundamental desse estudo é a inclusão de perspectivas tanto dos profissionais de segurança quanto da comunidade em geral. Ao envolver ambos os grupos, o estudo permite uma visão mais abrangente e equilibrada das abordagens policiais, levando em consideração as diferentes experiências e pontos de vista de cada parte interessada. Isso é crucial para promover uma compreensão mútua e construir uma relação de confiança entre a polícia e a comunidade. Os resultados indicam que os participantes identificaram uma variedade de objetivos para as abordagens policiais, destacando a importância do reconhecimento e identificação de cidadãos, verificação de possíveis irregularidades, prevenção de crimes, proteção da sociedade e preservação da ordem pública. Esses objetivos refletem as múltiplas facetas do trabalho policial, que vai desde a manutenção da segurança cotidiana até a prevenção e repressão de atividades criminosas mais graves.

É interessante observar que alguns dos principais objetivos mencionados pelos

participantes estão relacionados diretamente à prevenção e combate de crimes, como o tráfico de drogas e sequestros. Isso sugere que a comunidade reconhece o papel proativo da polícia na manutenção da segurança pública e no enfrentamento das ameaças criminais. No entanto, também é importante notar que houve menção à necessidade de abordagens preventivas, educativas e não violentas, destacando a preocupação com o respeito aos direitos dos cidadãos durante as interações com a polícia. A maioria dos participantes concordou com a importância das abordagens policiais para a segurança pública e a prevenção de crimes. Isso indica um reconhecimento geral da comunidade sobre o papel crucial desempenhado pela polícia na manutenção da ordem e da segurança. No entanto, é crucial não apenas reconhecer a importância das abordagens policiais, mas também garantir que essas práticas sejam realizadas de forma ética e respeitosa.

Os desafios éticos mencionados pelos participantes, como a necessidade de evitar a violência e respeitar os direitos dos cidadãos, destacam a importância de uma abordagem humanizada e baseada nos direitos humanos por parte da polícia. A seriedade e serenidade durante as abordagens são enfatizadas como elementos essenciais para preservar a integridade das interações entre a polícia e a comunidade, evitando ações arbitrárias que possam prejudicar a confiança e colaboração mútua. Portanto, os resultados deste estudo apontam para a importância de promover uma cultura policial que valorize o respeito aos direitos humanos, a transparência e a prestação de contas. Isso pode ser alcançado por meio de treinamento adequado, supervisão eficaz e políticas institucionais que incentivem práticas éticas e responsáveis por parte dos agentes de segurança. Além disso, é fundamental envolver ativamente a comunidade no processo de formulação e implementação de políticas de segurança, garantindo que suas preocupações e perspectivas sejam devidamente consideradas. Além das considerações éticas e da importância das abordagens policiais para a segurança pública, os resultados deste estudo também ressaltam a complexidade das interações entre a polícia e a comunidade. É crucial reconhecer que as percepções sobre as abordagens policiais podem variar significativamente entre diferentes grupos dentro da sociedade. Enquanto alguns podem ver a presença policial como uma garantia de segurança e proteção, outros podem experimentar sentimentos de ansiedade, medo ou desconfiança em relação às autoridades. Essa diversidade de perspectivas destaca a necessidade de uma abordagem sensível e contextualizada por parte da polícia ao lidar com a comunidade. As abordagens policiais devem ser adaptadas às necessidades e preocupações específicas de cada contexto social, levando em consideração as diferenças culturais, socioeconômicas e históricas que podem influenciar a dinâmica das interações.

Além disso, é importante reconhecer que as abordagens policiais nem sempre são percebidas como justas ou imparciais pela comunidade. Questões de discriminação racial, perfilamento étnico e violência policial podem minar a confiança e a cooperação entre a polícia e certos grupos sociais. Portanto, é essencial que as abordagens policiais sejam realizadas com base em princípios de igualdade, não discriminação e respeito à dignidade humana.

O estudo também destaca a importância da comunicação e do engajamento comunitário na promoção de uma relação positiva entre a polícia e a sociedade. Ao estabelecer canais abertos de diálogo e participação, as autoridades policiais podem aumentar a compreensão mútua, reduzir conflitos e promover a colaboração em questões de segurança pública. Isso inclui a realização de programas de educação cívica, sessões de treinamento comunitário e iniciativas de policiamento comunitário que visem fortalecer os laços de confiança e solidariedade entre a polícia e os cidadãos.

Outro aspecto relevante é a necessidade de transparência e prestação de contas no exercício das funções policiais. Os participantes do estudo destacaram a importância de garantir que as abordagens policiais sejam conduzidas de forma transparente, com mecanismos eficazes de supervisão e responsabilização em vigor. Isso inclui a implementação de políticas claras de uso da força, procedimentos de reclamação acessíveis e investigações imparciais sobre a conduta dos agentes policiais. É importante ressaltar que, embora as abordagens policiais desempenhem um papel essencial na manutenção da segurança pública, elas não devem ser vistas como uma solução única para os problemas sociais. A segurança efetiva requer uma abordagem holística que leve em consideração não apenas a aplicação da lei, mas também a prevenção do crime, o fortalecimento das comunidades e a promoção da justiça social. Portanto, é fundamental que as políticas de segurança sejam integradas a uma ampla gama de iniciativas sociais, econômicas e políticas destinadas a abordar as causas subjacentes da criminalidade e da violência.

Além das questões mencionadas anteriormente, é fundamental considerar o papel da formação e capacitação dos policiais na promoção de abordagens policiais eficazes e respeitadas. Os agentes de segurança devem receber treinamento adequado não apenas em técnicas de aplicação da lei, mas também em habilidades de comunicação, mediação de conflitos, gestão de crises e sensibilidade cultural. Isso é essencial para garantir que as abordagens policiais sejam realizadas de maneira profissional, não discriminatória e centrada nos direitos humanos. Além disso, o uso de tecnologia e inovação pode desempenhar um papel significativo na melhoria das práticas policiais. A implementação de sistemas de

monitoramento por vídeo, por exemplo, pode aumentar a prestação de contas e reduzir incidentes de violência policial e abusos de poder. Da mesma forma, o uso de dados e análises pode ajudar as autoridades policiais a identificar padrões de criminalidade, direcionar recursos de forma mais eficaz e avaliar o impacto das intervenções policiais.

Outro aspecto importante a ser considerado é o contexto político, social e econômico em que as abordagens policiais ocorrem. Fatores como desigualdade socioeconômica, falta de acesso a serviços básicos e discriminação estrutural podem influenciar as dinâmicas de segurança e criminalidade em uma determinada comunidade. Portanto, as políticas de segurança devem ser complementadas por medidas mais amplas de promoção do desenvolvimento social, redução da pobreza e combate à exclusão social. Além disso, é essencial reconhecer que as abordagens policiais podem ter impactos diferenciados em diferentes grupos da sociedade. Por exemplo, comunidades marginalizadas, minorias étnicas e grupos de baixa renda podem ser mais vulneráveis a abusos policiais e discriminação. Portanto, é importante adotar uma abordagem sensível às questões de gênero, raça, etnia, orientação sexual e status socioeconômico ao desenvolver políticas e práticas policiais.

Por fim, é fundamental destacar a importância da colaboração e parceria entre a polícia, o poder judiciário, organizações da sociedade civil e outros atores relevantes na promoção da segurança pública. A construção de coalizões e redes de cooperação pode facilitar a troca de informações, a coordenação de esforços e o desenvolvimento de estratégias integradas de prevenção e enfrentamento da criminalidade. Em suma, a promoção de abordagens policiais eficazes, justas e respeitosas requer um esforço conjunto e coordenado de diversos atores da sociedade. Ao adotar uma abordagem multidimensional e orientada para os direitos humanos, as autoridades policiais podem desempenhar um papel crucial na construção de comunidades mais seguras, justas e inclusivas para todos os cidadãos.

4 CONCLUSÃO

A abordagem policial é um aspecto fundamental da aplicação da lei e desempenha um papel crucial na manutenção da segurança pública e na prevenção de crimes. Neste estudo, investigamos as percepções e opiniões de policiais da Polícia Militar de Goiás (PM-GO) e cidadãos comuns sobre os procedimentos e propósitos das abordagens policiais no estado. Ao examinar os resultados e a discussão, emerge uma compreensão mais profunda das dinâmicas entre a polícia e a comunidade, assim como dos desafios éticos associados a essas interações. Os participantes identificaram uma variedade de objetivos para as abordagens policiais, desde o reconhecimento e identificação de cidadãos até a prevenção de crimes e a

proteção da sociedade. Destacaram-se também preocupações éticas, como a necessidade de abordagens preventivas, educativas e não violentas, enfatizando o respeito aos direitos dos cidadãos durante essas interações. A importância atribuída às abordagens como ferramenta essencial para manter a ordem e a segurança na comunidade foi amplamente reconhecida. A discussão dos resultados revela a complexidade das percepções e expectativas em relação à atuação policial. Enquanto alguns participantes enfatizaram a importância de uma abordagem proativa e enérgica para combater o crime, outros ressaltaram a necessidade de um policiamento mais humanizado e baseado nos direitos humanos. Essas perspectivas divergentes destacam a importância de promover um equilíbrio entre a eficácia policial e o respeito aos direitos individuais.

Uma conclusão pessoal e ampla destaca a necessidade de um diálogo contínuo e colaborativo entre a polícia e a comunidade para abordar os desafios e preocupações relacionados às abordagens policiais. Isso requer um compromisso mútuo com a transparência, a prestação de contas e a promoção de práticas policiais éticas e responsáveis. Além disso, é fundamental investir em treinamento e capacitação para os agentes de segurança, visando aprimorar suas habilidades de comunicação, gestão de conflitos e tomada de decisões éticas. Em última análise, a construção de uma relação de confiança e colaboração entre a polícia e a comunidade é essencial para promover a segurança pública e o bem-estar de todos os cidadãos. Ao reconhecer as diferentes perspectivas e experiências dos envolvidos, podemos trabalhar juntos para desenvolver estratégias mais eficazes de aplicação da lei que respeitem os direitos individuais e promovam uma sociedade mais justa e segura para todos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Júlio César Rodrigues de. **Abordagem Policial: Conduta Ética e Legal**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2020.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Edição Capec. Passo Fundo: Paster, 1998.

BARBOSA, Rafael. **Abordagem policial: desafios e perspectivas**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARÃES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz; ABREU, Sergio Roberto de. **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, mar., 2004

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial: descrição e análise de uma ocupação**. Sociologia, n. 11, p. 5-43, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 08 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm. Acesso em: 08 jan. 2024.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal Anotada**. 2ª ed.rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (Org.). **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

FREITAS, Marcus Vinícius de. **Polícia Militar: poder de polícia e sua atuação no contexto da segurança pública**. São Paulo: Saraiva, 2019.

GRECO, Rogério. **Atividade policial: aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais**. Niterói-RJ: Impetus: 2011.

GOIÁS, Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2021/05/POP-3a-edicao-revisto-e-ampliado.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2024

GOMES, Luiz Flávio. **Direito penal: parte geral**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

GOMES, Paulo César de Castro; SILVA JÚNIOR, Eli Braz da. **Aspecto histórico evolutivo e cultural da abordagem policial**. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/2451/1/ASPECTO%20HISTÓRICO%20EVOLUTIVO%20E%20CULTURAL%20DA%20ABORDAGEM%20POLICIAL.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2024.

HENRIQUES, Juliana de Paula. **Abordagem policial e direitos humanos: uma análise crítica**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Renato Sérgio de. **A polícia do futuro: contribuições para a reforma da segurança pública**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2015.

MACHADO, Antônio Alberto. **Curso de processo penal**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NASSARO, Adilson Luís Franco. **Abordagem policial: busca pessoal e direitos humanos**. A força policial: órgão de informação e doutrina da instituição policial militar. São Paulo, v. 17, n. 66, p. 63-83., abr./jun. 2010.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa; PASSOS, Gleise da Rocha. **Polícia e Direitos humanos: embates e interações**. In: NEVES, Paulo Sérgio da; RIQUE, Célia D.G; FREITAS, Fábio FB. (Orgs.) *Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos*. Recife: Bagaço, 2002.

NOGUEIRA, Gustavo. **Fundada suspeita e poder de polícia**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XXI, n. 168, jun 2018. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=20537&revista_caderno=1. Acesso em: 08 jan. 2024.

OLIVEIRA, José Geraldo de. **Direitos humanos e segurança pública: uma abordagem criminológica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

PAIVA, Caio. **Polícia Militar e Direitos Humanos: Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro: parte especial**. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

REIS, Jorge Renato dos. **Abordagem Policial e Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (SSP). **Caiado destaca ações da segurança na redução da criminalidade em Goiás**. Disponível em: <https://www.seguranca.go.gov.br/ultimo-segundo/caiado-destaca-acoes-da-seguranca-na-reducao-da-criminalidade-em-goias.html>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SILVA, José Vicente da. **Polícia militar: o que é, o que foi, o que poderá vir a ser**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

SOARES, Luis Eduardo. **Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.